

Projeto de Lei nº 1944, de 2022

Iniciativa: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Ementa:

Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Indústria, Comércio e Serviços**Data de Leitura:** 07/07/2022

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** 08/04/2025 - Secretaria de Expediente**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 05/05/2025 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

19/04/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Izalci Lucas (encerrado em 21/02/2024 - Substituído por "ad hoc")

Senadora Jussara Lima (Relator Ad hoc) (encerrado em 21/02/2024 - Deliberação da matéria)

Senadora Margareth Buzetti (Relator Ad hoc) (encerrado em 21/02/2024 - Substituído por "ad hoc")

CTFC - (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e

Relator(es):

Senadora Damares Alves (encerrado em 28/03/2025 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

05/05/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 327, de 05/05/25, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

08/04/2025 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

08/04/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA**Ação:** Encerrou-se em 7 de abril o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 1.944, de 2022.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, vai à Câmara dos Deputados.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 558 - DSF nº 49

08/04/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Anexado o texto final revisado.

31/03/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 01/04/2025 a 07/04/2025. Perante a Mesa.

31/03/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 6/2025-CTFC, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo. Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 21-22 - DSF nº 43

28/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Damares Alves por deliberação da matéria. À SLSF.

26/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Reunida a comissão na 4ª Reunião Extraordinária de 26/03/2025, após leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado em decisão terminativa (art. 91 do RISF) o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, com a emenda nº 1-CDH/CTFC, por oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Juntados o Parecer da CTFC, Texto Final e Ofício nº 6/2025/CTFC comunicando a Presidência do Senado Federal acerca da aprovação terminativa do projeto.

Publicado no DSF Páginas 100-110 - DSF nº 40

Publicado no DSF Páginas 22 - DSF nº 43

24/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 4ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, agendada para o dia 26/03/2025.

19/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 19/03/2025, a matéria foi retirada de pauta.

TRAMITAÇÃO

17/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 3ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, agendada para o dia 19/03/2025.

13/03/2025 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Apresentado relatório pela Senadora Damares Alves, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CDH.

14/11/2024 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Damares Alves, para emitir relatório.

22/02/2024 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CTFC.
A matéria aguarda designação de relator.

21/02/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: À CTFC para prosseguimento da tramitação.

21/02/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 1ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, o Presidente designa a Senadora Jussara Lima como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Publicado no DSF Páginas 142-148 - DSF nº 11

16/02/2024 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 1ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 21/02/2024.

13/12/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Izalci Lucas com voto no sentido da aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta.

03/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

TRAMITAÇÃO

Ação: Distribuído ao Senador Izalci Lucas, para emitir relatório.

02/05/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição

24/04/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Recebido na CDH.
Prazo para emenda:
primeiro dia: 24/04/2023
último dia: 28/04/2023

19/04/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 24/04/2023 a 28/04/2023. Perante a CDH.

19/04/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CTFC, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 144-145 - DSF nº 58

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

07/07/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 07/07/2022.

DOCUMENTOS

PL 1944/2022

Data: 07/07/2022

Autor: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil

Avulso inicial da matéria

DOCUMENTOS

Data: 07/07/2022
Autor: Senado Federal
Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 13/12/2023
Autor: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)
Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, do Senador Eduardo Gomes, que Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Listagem ou relatório

Data: 21/02/2024
Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 1ª Reunião CDH

P.S 2/2024 - CDH

Data: 21/02/2024
Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Paulo Paim (PT/RS)
Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, do Senador Eduardo Gomes, que Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Relatório Legislativo

Data: 13/03/2025
Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)
Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação Legislativa: Apresentado relatório pela Senadora Damares Alves, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CDH.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, do Senador Eduardo Gomes, que Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Listagem ou relatório

Data: 26/03/2025
Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 4ª Reunião CTFC

Listagem ou relatório

DOCUMENTOS

Data: 26/03/2025

Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 4ª Reunião CTFC

Texto final da Comissão -

Data: 26/03/2025

Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil

P.S 1/2025 - CTFC

Data: 26/03/2025

Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação Legislativa: Reunida a comissão na 4ª Reunião Extraordinária de 26/03/2025, após leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado em decisão terminativa (art. 91 do RISF) o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, com a emenda nº 1-CDH/CTFC, por oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Juntados o Parecer da CTFC, Texto Final e Ofício nº 6/2025/CTFC comunicando a Presidência do Senado Federal acerca da aprovação terminativa do projeto.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, do Senador Eduardo Gomes, que Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil.

Ofício

Data: 26/03/2025

Autor: Presidente de Comissão

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação Legislativa: Reunida a comissão na 4ª Reunião Extraordinária de 26/03/2025, após leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado em decisão terminativa (art. 91 do RISF) o Projeto de Lei nº 1944, de 2022, com a emenda nº 1-CDH/CTFC, por oito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Juntados o Parecer da CTFC, Texto Final e Ofício nº 6/2025/CTFC comunicando a Presidência do Senado Federal acerca da aprovação terminativa do projeto.

Descrição/Ementa: Ofício nº 6/2025/CTFC que comunica a Presidência do Senado Federal sobre a deliberação em decisão terminativa do PL nº 1944, de 2022.

Texto final revisado - Projeto

Data: 08/04/2025

Autor: Núcleo de Redação Legislativa

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Anexado o texto final revisado.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil

DOCUMENTOS

Minuta

Data: 08/04/2025

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

OFSF 327/2025

Data: 05/05/2025

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 327, de 05/05/25, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1944, de 2022.

Autógrafo - PL 1944/2022

Data: 05/05/2025

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 327, de 05/05/25, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafo do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, que dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil